



**Porquê que a
Guiné-Bissau
necessita de
uma **E**stratégia
Nacional de
Desenvolvimento
de **E**statística**



Como podem as estatísticas nacionais contribuir aos avanços direccionados a satisfação das necessidades e aspirações ao bem-estar das populações?

A utilização das estatísticas reforça as probabilidades de sucesso das políticas públicas: permite ao Governo efectuar uma análise profunda das questões sociais e económicas complexas; fazer escolhas de políticas apropriadas; seguir e ajustar as políticas a fim de as considerar no tempo.

Podem boas estatísticas contribuir para a melhoria da governação política e económica?

As boas estatísticas, ao fornecer indicadores de medidas, permitem efectivamente aos cidadãos e a todos os intervenientes avaliar as políticas públicas e interpelar o Governo sobre suas decisões e acções. O Governo deve favorecer a livre circulação de informação estatística para melhor informar as populações sobre o fundamento e os resultados de suas decisões e acções e, desta feita, suscitar e motivar a participação de todos os actores no processo de desenvolvimento.

As estatísticas podem influenciar a formulação, orientação e escolha de investimento?

A disponibilidade de estatísticas fiáveis permite melhor afectação de recursos nacionais, determinar os sectores de intervenção prioritários e antecipar os impactos das decisões políticas.

O investimento no sector da estatística é rentável na medida em que melhora significativamente a rentabilidade dos outros investimentos. Na Guiné-Bissau, o esforço de investimento na estatística deve traduzir-se através na adopção da Estratégia Nacional de Desenvolvimento Estatística (ENDE).

PORQUÊ UMA ESTRATEGIA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ESTATISTICA?

Em que medida a ENDE instituída pelo Governo vai permitir melhorar as condições de vida das populações?

A visão que a ENDE traz ajuda a nação a realizar seus objectivos internos de desenvolvimento em consonância com o desenvolvimento acelerado e com a estratégia de redução da pobreza e os objectivos do desenvolvimento do milénio.



O objectivo geral seguido pela ENDE é de edificar: uma estatística publica dotada de meios humanos, materiais e financeiros que contribua eficazmente para a concepção, o seguimento e avaliação das políticas, programas e projectos de desenvolvimento económico e social, nomeadamente para a estratégia de desenvolvimento acelerado e de redução da pobreza (DENARP), e para os Objectivos de Desenvolvimento de Milénio (OMD).

Os objectivos específicos desta ENDE definem-se em princípio à volta dos quatro seguintes eixos estratégicos:

- i) Desenvolver as capacidades institucionais do Sistema Estatístico Nacional (SEN) Guineense;
- ii) Desenvolver a produção de indicadores estatísticos para responder às necessidades dos utilizadores;
- iii) Desenvolver as capacidades de análise dos dados estatísticos assim como a sua utilização;
- iv) Promover as condições de compilação, arquivo e de difusão de informação estatística

Estes objectivos e indicadores permitirão seguir os progressos conseguidos e medir o impacto das acções realizadas no quadro da estratégia de desenvolvimento acelerado e de redução da pobreza.

Vão ainda permitir aos parceiros técnicos e financeiros de desenvolvimento da Guiné-Bissau dispor de indicadores estatísticos para medir a credibilidade e a fiabilidade das nossas políticas de desenvolvimento económico e social.

Que produtos se esperam da implementação da ENDE?

- Os dados demográficos de base e de projecções desagregados até níveis mais finos (de tabanca/bairro até região), assim com as características desta população em termos de emprego, crescimento, fecundidade, migração de género, etc;
- Os dados sobre diferentes dimensões da pobreza e sobre o acesso aos serviços básicos essenciais, nomeadamente saúde, educação, água potável, higiene/saneamento, etc.;
- As estatística sobre as contas nacionais, preços, balança comercial e a balança de pagamento, moeda e ambiente de negócios (criação de empresas e registos de propriedades);

- Dados sobre a Governação, em particular a luta contra a corrupção e a descentralização;
- Os dados sobre a produção agro-silvo-pastoral e ambiental (produção/consumo de madeiras, degradação de solo, protecção/restauração do solo, biodiversidade e protecção de espécies animais).

UMA ESTRATÉGIA TRAZ PERTINÊNCIA, COERÊNCIA E PERFORMANCE AO SISTEMA ESTATÍSTICO NACIONAL

Porquê uma ENDE?

Para responder à demanda estatística, é necessário um SEN bem estruturado e cuja actividades de produção, de tratamento de difusão e de arquivo de dados estatísticos sejam planificados e bem coordenados.

Entre os principais estrangulamentos do Sistema Estatístico Nacional que se pretende podem apontar-se alguns dos seus diversos desajustamentos de ordem legal e estrutural, designadamente:

- Um insuficiente e inadequado ordenamento jurídico, constituindo um factor bloqueador da sua actividade;
- O não funcionamento do Conselho Nacional de Informação Estatística criado pelo Decreto-Lei n.º 2/91, de 25 de Março,



com a natureza de órgão superior de orientação e coordenação do Sistema Nacional de Informação Estatística;

- A não aplicação efectiva do princípio da autoridade estatística, devido à ausência de regulamentação para aplicação de sanções pecuniárias aos transgressores estatísticos que não responde aos inquéritos estatísticos oficiais, ou respondem fora dos prazos legalmente fixados ou, ainda, com falta de veracidade, tudo redundando num desrespeito total pelas obrigações estatísticas oficiais;
- A insuficiência da formulação do princípio da autonomia técnica legalmente consagrada aos órgãos produtores de estatísticas oficiais bem como a inexistência de outros princípios, adoptados pela maioria dos países, que se impõe consagrar para reforçar a confiança dos utilizadores na fiabilidade, objectividade e imparcialidade das estatísticas oficiais produzidas;
- Finalmente, e não menos importante, a excessiva descentralização funcional da actividade estatística nacional, agravada pela ausência total de qualquer função de coordenação do sistema, redundou na proliferação de serviços estatísticos ministeriais à revelia de quaisquer princípios norteadores e coordenadores, com desprezo de todas as conveniências de ordem técnica e funcional.

Face a esta situação e aos insucessos e reduzido alcance das medidas e acções anteriores visando o desenvolvimento do aparelho estatístico nacional, urge tomar medidas que possibilitem, num primeiro passo, a construção do ordenamento jurídico de um novo Sistema Estatístico Nacional, como factor estrutural e estruturante determinante do desejável e necessário desenvolvimento gradual e progressivo da

capacidade nacional de produção e difusão de informação económica e social de base estatística oficial.

O estudo ainda mostra também que o contexto actual oferece varias oportunidades que favorecem o reforço de capacidades do SEN, nomeadamente a vontade política ao mais alto nível do Governo.

Contudo, a situação actual do SEN revela as insuficiências que nem a situação financeira do Estado, nem a dos parceiros de desenvolvimento podem remediar num curto prazo, o que impõe a necessidade de uma arbitragem sobre as prioridades a reter e a escolher entre as seguintes prioridades para o período de 2010-2014:

- i) Reforço do quadro jurídico, institucional e de coordenação;
- ii) Desenvolvimento de recursos humanos e de pesquisa;
- iii) Reforço da dotação e da gestão dos recursos materiais e financeiros;
- iv) Melhoria de qualidade e da regularidade das produções estatísticas e edificação de um espaço estatístico sub regional, regional e internacional;
- v) Disseminação de produções e promoção de uma cultura estatística.

INDICADORES FUNDAMENTAIS

		2003	2004	2005	2006	2007	2008
População	habitant	1.249.200	1.274.800	1.300.900	1.327.600	1.354.800	1.382.600
Taxa de crescimento	%	2.0	2.0	2.0	2.0	2.0	2.1
PIB nominal	Fcfa	270.499	276.109	302.162	302.501	331.040	377.451
PIB Real (preço de 2005)	Fcfa	281.696	289.704	302.162	308.617	318.500	328.760
Taxa de crescimento de PIB Real	%	0.4	2.8	4.3	2.1	3.2	3.2
PIB per capita	Fcfa/pessoa	216.538	216.590	232.272	227.856	244.346	273.001
Taxa de câmbio	Fcfa/\$	580.1	527.6	526.6	522.9	480.5	463.1
PIB per capita	\$/pessoa	373	411	411	436	509	590
Taxa de investimento	%	9.8	7.6	6.6	6.4	11.7	8.7
Inflação anual IHPC	%	-3.8	1.3	3.3	2.0	4.6	10.4
Exportação/PIB	%	16	16	16	12	17	16
Importação/PIB	%	24	27	28	28	36	31
Receitas totais	Fcfa	28.700	48.029	37.845	46.989	50.086	49.574
Despesas totais	Fcfa	41.000	70.416	51.845	52.243	54.443	49.266
Receitas totais	Fcfa	28.700	48.029	37.845	46.989	50.086	49.574
Despesas totais	Fcfa	41.000	70.416	51.845	52.243	54.443	49.266

OPERAÇÕES LEVADO A CABO PELO E INE E AS PERSPECTIVAS

Instituto Nacional de Estatística	
Inquerito ligeiro para avaliação da pobreza (ILAP)	2002, 2010
Mics (inquerito aos indicadores múltiplos criança e mãe)	2000, 2006, 2010
Saúde reprodutiva	2010
Recenseamento geral da população e habitação	1979, 1991, 2010
Inquerito para renovação da base de preço nas grandes aglomeração- bissau	2001, 2008
Estudo perfil demográfico, sócio-económico e sanitário dos países sahelianos	Outubro 2001
Inquerito ao sector informal	Em perspectiva
Inquerito nutricional	Em perspectiva
Inquerito sobre vulnerabilidade de crianças	Em perspectiva
Ministerio da Agricultura	
Recenseamento Agrícola e Animais	1998
Recenseamento Agrícola	2005
Recenseamento de Animais	2009
Inquérito Agrícola	Todos os anos desde 2006
Ministerio da Educação	
Recolha de dados Administrativo a partir das matriculas – produção de Anuário Estatístico	Todos os Anos
Ministerio da Saúde	
Campanha de Vacinação e profilaxia publicação Anual	Todos os Anos
Ministério de Transportes e Comunicação	
Recolha de Dados sobre Transportes Terrestre, Aéreos e Marítimos, Comunicação, Redes Móvel e Fixa, Correio Interno e Externo	Resultados Anuais
Ministério de Justiça	
Campanha de Registos da Crianças	
Registos Administrativos de Justiça	



INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA
Avenida Amílcar Cabral CP n.º 6,
tel.: (00245) 322 54 57

<http://www.stat-guinebissau.com/>

October 2010